

Superior Tribunal de Justiça

**AgRg na PET no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.225.885 - PI
(2017/0326333-6)**

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : IVANUTO SOARES GIMARÃES
ADVOGADO : GEOVANNE SOARES AMORIM DE SOUSA - DF043884
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
INTERES. : JOAO VICTOR DA PAZ DE SOUSA
ADVOGADOS : JEFFERSON DE MORAES MARINHO - PI001410
WILSON GONDIM CAVALCANTI FILHO - PI003965
INTERES. : JORGE LUIS SILVA
INTERES. : BENITO ORLANDO SCHAAD
INTERES. : MÁRCIO JOSÉ DOS SANTOS SOUSA
INTERES. : RAFAEL VERA FERREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA DA PENA. MARCO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. ART. 112, INCISO I, DO CP. OCORRÊNCIA DO LAPSO TEMPORAL NECESSÁRIO. AGRADO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Esta Corte Superior de Justiça, interpretando a legislação federal vigente, firmou o entendimento de que o artigo 112, inciso I, do Código Penal — que fixa como termo inicial da contagem do prazo da prescrição da pretensão executória o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação — não pode ser interpretado da forma que importe em agravamento da situação do condenado.

2. Nos termos da jurisprudência vigente neste Superior Tribunal de Justiça, o marco inicial para contagem do prazo da prescrição da pretensão executória da pena é a data do trânsito em julgado para a acusação e não para ambas as partes envolvidas no processo. Precedentes.

3. O trânsito em julgado para a acusação ocorreu em 19.7.2009, tendo o agravante sido condenado à pena de 3 anos de reclusão pelo crime descrito no art. 35 da Lei n. 11.343/06, de forma que o prazo a ser observado para o cálculo da prescrição da pretensão executória é o previsto no inciso VI do art. 109 do Estatuto Repressivo, qual seja, 8 anos.

4. Fixado o prazo prescricional aplicável à espécie, verifica-se que entre o trânsito em julgado para a acusação e os dias atuais transcorreu lapso prescricional superior a 8 anos, sem que houvesse o início do cumprimento, ainda que provisório, da pena relacionada ao crime de associação para o tráfico. Logo, configurada a prescrição da pretensão executória, nos termos do

Superior Tribunal de Justiça

disposto no art. 109, inciso VI, do Código Penal, c.c com o art. 112, ambos do Estatuto Repressivo, o que enseja a mitigação do regime inicial quanto ao delito de tráfico de drogas para o semiaberto.

5. A extinção da pretensão executória do Estado com relação ao crime de associação para o tráfico não induz a incidência da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º da Lei de Drogas, considerando que, embora extinto o *jus puniendi* do Estado, as circunstâncias do fato e que ensejaram a condenação pelo ilícito em apreço remanescem e, por si só, impossibilitam o reconhecimento da benesse. Precedente.

6. Agravo regimental parcialmente provido, a fim de declarar a ocorrência da prescrição executória do agravante pelo crime de associação para o tráfico de drogas e mitigar o regime de cumprimento relacionado ao delito remanescente para o semiaberto.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar parcial provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator